

PROCESSO Nº
017/11

REG. PROC. Nº
05

FL. 1
FOLHA Nº
17v



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 06/11

**Altera dispositivo da Lei 2.791/05 – subvenção a Corporação Musical
Maestro Angelo Cosentino**

Autor: de **Prefeito**

AUTUAÇÃO

Aos **três** dias do mês de **março** de **2011**
autuo **o P.L. nº 06 e of. nº 300/11 em frente**

Eu, _____, subscrevi

AL. 08



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 300/2011 – GP.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME Leme, 28 de fevereiro de 2011.
Prot.N. 156 L.N.ª 36 Fis. 19
Recebido em 21/3/2011

FUNCIONÁRIO

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Através do presente, encaminho a esta Colenda Casa, para apreciação, o Projeto de Lei anexo, que altera dispositivo da Lei nº 2.791, de 27 de outubro de 2005.

Sem mais, renovo a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Wagner Ricardo Antunes Filho
Prefeito do Município de Leme

Ao
Excelentíssimo Senhor
JOÃO MARCOS DEMÉTRIO
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP
Nesta

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 17

fls. 17, do Registro de Processo nº 5

Leme, 02 de 3 de 20 4

Funcionário [assinatura]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 06/11
Altera dispositivo da Lei nº 2.791, de 27 de outubro de 2005

Artigo 1º – O artigo 1º, da lei nº 2.791, de 27 de outubro de 2005, alterado pela Lei nº 2.896, de 09 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - Fica o Município de Leme autorizado a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à “Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino”, pessoa jurídica de direito privado, sob regime de associação beneficente sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 06.259.724/0001-30 e registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Leme, Estado de São Paulo.”

Artigo 2º – A entidade subvencionada terá a obrigação de prestar contas dos valores mensais recebidos, dentro do prazo de 30(trinta) dias contados da data do efetivo recebimento e deverá, ainda, prestar contas anuais, até o dia 31 de janeiro, de todos os valores recebidos no ano imediatamente anterior.

Artigo 3º – Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 2.791, de 27 de outubro de 2005.

Artigo 4º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 02.18.01-13.392.0039.2.064.000-3.3.50.43.00, da Secretaria da Cultura, suplementada se necessário, devendo ser consignados os valores respectivos nas peças orçamentárias anuais.

Artigo 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 28 de fevereiro de 2011.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

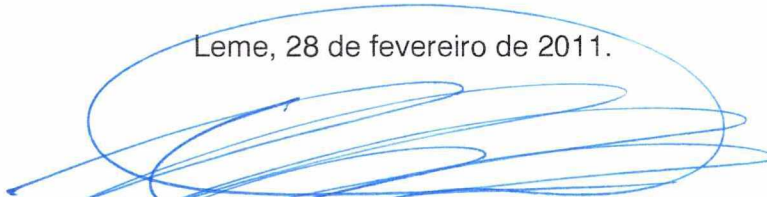
Justifico o envio do presente Projeto de Lei para apreciação, considerando a necessidade de corrigir o valor da subvenção concedida à Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino, visando contribuir para a subsistência da referida entidade e, conseqüentemente, promover e incentivar a população à prática de atividades culturais por meio de apresentações de música instrumental em retretas e festivais.

A Corporação promove, ainda, a formação de novos músicos por meio de aulas abertas a população em geral ministradas por seus integrantes.

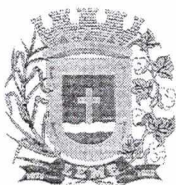
É de se ressaltar que é a única entidade que atua nesta área no Município, e por isso, faz-se necessário o incentivo, a fim de possibilitar o acesso das pessoas menos favorecidas às atividades culturais.

Assim, considerando o que dispõe o art. 12, § 3º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; considerando a solicitação da entidade, e o parecer favorável da Secretaria da Cultura de Leme, encaminho o presente Projeto de Lei a essa Casa.

Leme, 28 de fevereiro de 2011.



WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.791, DE 27 DE OUTUBRO DE 2.005. ***Concede subvenção e dá outras providências***

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica o Município de Leme autorizado a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) à Corporação Musical “Maestro Ângelo Consentino”, pessoa jurídica de direito privado sob o regime de associação beneficente sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob n. 06.259.724/0001-30 e registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Leme, Estado de São Paulo.

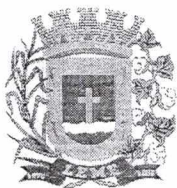
Artigo 2º – A subvenção autorizada pelo artigo 1º da presente lei, tem por finalidade contribuir para a subsistência da entidade, e conseqüentemente incentivar o desenvolvimento da arte musical e aperfeiçoamento cultural da população lemense.

Artigo 3º – A entidade subvencionada terá a obrigação de prestar contas até o dia 31 de janeiro, de todos os valores recebidos no ano imediatamente anterior.

Parágrafo Único – A Secretária da Fazenda, através da Divisão de Contabilidade, orientará a entidade subvencionada sobre a formalização da prestação de contas, bem como tomará as providências necessárias para consignação dos valores respectivos nas peças orçamentárias anuais.

Artigo 4º – Fica igualmente autorizado o Município de Leme a ceder à Corporação Musical “Maestro Angelo Consentino”, os serviços do Maestro Municipal, para o auxílio das atividades da subvencionada, bem como ceder espaço em próprios para o ensaio e formação de músicos.

Artigo 5º – Em contrapartida pela subvenção concedida, fica a entidade subvencionada obrigada a promover entre os associados e a comunidade o desenvolvimento da arte musical, cooperando assim com o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

aperfeiçoamento cultural da população lemense, ensinado música, executando retretas, concertos públicos, participação em desfiles, solenidades e festivais.

Parágrafo Único – Fica ainda a entidade subvencionada obrigada a promover aos domingos a execução de concertos públicos na praça central da cidade.

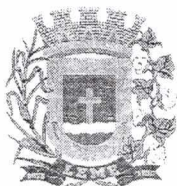
Artigo 6º - Fica ainda o Município de Leme autorizado, nos termos do artigo 73 "caput" e inciso II, alínea *a* da Lei Orgânica a doar à Corporação Musical "Maestro Ângelo Consentino" os instrumentos musicais constantes do anexo que faz parte integrante e inseparável da presente, devidamente avaliados por R\$ 17.720,00 (dezessete mil e setecentos e vinte reais).

Artigo 7º – As despesas com a presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada em orçamento.

Artigo 8º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 27 de outubro de 2.005.

GERALDO MACARENKO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.896, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2.007.
Altera dispositivos da Lei nº 2.791, de 27 de outubro de 2005.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 1º, da Lei nº 2.791 de 27 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Artigo 1º - Fica o Município de Leme autorizado a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Corporação Musical “ Maestro Ângelo Consentino”, pessoa jurídica de direito privado sob regime de associação beneficente sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 06.259.724/0001-30 e registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Leme, Estado de São Paulo”.

Artigo 2º - Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 2.791, de 27 de outubro de 2005.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 09 de fevereiro de 2.007

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
SECRETARIA DA CULTURA



Leme, 17 de Fevereiro de 2011.

Ofício nº. 28/2011.

Assunto: Parecer Técnico

Após análise da documentação apresentada pela CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO, a qual recebe subvenção desta Secretaria Municipal de Cultura, relativo a execução de ações, verificamos que a corporação ao nosso ver, atingiu o objetivo principal consistente divulgação cultural de música e na formação de novos músicos.

Os recursos repassados para a "CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO" tem como objetivo divulgar musicas instrumentais em retretas e festivais, estimulando o gosto da população pela música.

A Corporação visa a formação de novos músicos através de aulas abertas a população em geral ministradas pelos monitores que são músicos da associação, visa ainda formação de instrutores para as fanfarras das escolas da rede municipal de ensino.

No que tange a apresentação da "CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO" é conhecida tradicionalmente como "Banda Musical", composta em sua maioria por músicos lemeneses sobre a batuta de um maestro cuja finalidade é participar das retretas dominicais, eventos culturais, religiosos, concursos a nível regional, estadual ou federal, desfiles cívicos, sociais e festividades tanto na zona rural e urbana, sem fins lucrativos.

As apresentações são realizadas na concha acústica municipal, coreto, nas praças públicas e em outros locais em que envolva a participação da comunidade, contando com a participação de aproximadamente 250 a 400 pessoas dependendo da data.

Após a análise dos documentos com a prestação de contas, que os recursos financeiros transferidos para a entidade representam vantagem econômica, pois todo o repasse é aplicado com a manutenção dos instrumentos musicais, aquisição de material de escritório, cópias de partituras, manutenção do prédio onde acontecem os ensaios, ajuda de custo para músicos e confecção e reposição dos uniformes dos músicos, usados nas apresentações.

Insta salientar que a "CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO" é única na cidade e com grande repercussão positiva com participação das famílias leenses. Portanto, sua escolha é necessária para a continuidade na divulgação de música instrumental e formação de novos músicos na cidade de Leme.



Marcel Arle
Secretário da Cultura



Associação Corporação Musical Maestro "Ângelo Cosentino".
CNPJ: 06.259.724/0001-30 --- I. E.: Isento
Rua: Vitório Marchi, 430 – Vila Joest.
CEP: 13614 – 150 --- Leme / SP

Fundada em 1899 – Juridicamente em 2004.

Requerimento 0112/2010

Ilustríssimo Sr. Wagner R. Antunes Filho
Prefeito do Município de Leme / SP

A Associação "Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino", por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, requerer subvenção, para o ano de 2011, para que possamos dar continuidade em nossa missão de promover a arte e o ensino musical em nossa cidade.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Leme, 27 de dezembro de 2010.


José Roberto Bimbat
Presidente.



Associação Corporação Musical Maestro "Ângelo Cosentino".
 CNPJ: 06.259.724/0001-30 --- I. E.: Isento
 Rua: Vitório Marchi, 430 – Vila Joest.
 CEP: 13614 – 150 --- Leme / SP

Fundada em 1899 – Juridicamente em 2004.

PLANO DE TRABALHO 2011

DADOS CADASTRAIS			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO - CNPJ: 06.259.724/0001-30		DATA DE ABERTURA 03/05/2004	TELEFONE SEDE (19) 3554 - 2242
NOME ENTIDADE ASSOCIAÇÃO CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO			
ENDEREÇO RUA: VITORIO DE MARCHI		NÚMERO 430	COMPLEMENTO SALA 1
CEP 13.614-150	BAIRRO VILA JOEST	MUNICÍPIO LEME	UF SP
NOME DO RESPONSÁVEL JOSÉ ROBERTO BIMBAT		CPF - NÚMERO 123.352.268/00	RG - NÚMERO 23.190.181 – 1 SSP-SP
CARGO PRESIDENTE	FUNÇÃO ASSOCIADO	TELEFONE RESIDENCIAL (19) 3571 - 9728	TELEFONE CELULAR (19) 9395 - 9307
ENDEREÇO RUA CARLOS GOMES,130		BAIRRO BOM JESUS	CEP 13.610 - 480
CIDADE LEME	UF SP	LEI DE UTILIDADE PÚBLICA Nº. 2.852 de 03/07/2006	LEI SUBVENÇÃO AUTORIZADORA Nº. 2.791 de 27/10/2005



Associação Corporação Musical Maestro "Ângelo Cosentino".
 CNPJ: 06.259.724/0001-30 --- I. E.: Isento
 Rua: Vitório Marchi, 430 -- Vila Joest.
 CEP: 13614 – 150 --- Leme / SP

Fundada em 1899 – Juridicamente em 2004.

DESCRIÇÃO DO PROJETO			
TÍTULO DO PROJETO			
SUBVENÇÃO MUNICIPAL			
PERÍODO DE EXECUÇÃO	INÍCIO		TERMINO
	01/01/2011		31/12/2011
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA ARTE MUSICAL E APERFEIÇOAMENTO DA POPULAÇÃO LEMENSE.			
JUSTIFICATIVA			
<p>O PROJETO VISA UNIR A POPULAÇÃO LEMENSE, TENDO EM VISTA OS BENEFÍCIOS SÓCIOS – CULTURAIS QUE A MÚSICA PROPORCIONA, TORNANDO - SE FONTE DE CONHECIMENTO.</p> <p>DESSA FORMA, A DIVERSIDADE RÍTMICA E SUA HISTÓRIA, TOCADA E CONTADA NAS APRESENTAÇÕES, FAVORECE O DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE TODOS.</p>			
PÚBLICO ALVO			
PESSOAS DE TODAS AS IDADES, SEM QUALQUER DISTINÇÃO.			
META	ENSAIOS	APRESENTAÇÕES	TOTAL DE SERVIÇOS
	84	60	144



Associação Corporação Musical Maestro "Ângelo Cosentino".
CNPJ: 06.259.724/0001-30 --- I. E.: Isento
Rua: Vitório Marchi, 430 – Vila Joest.
CEP: 13614 – 150,--- Leme / SP

Fundada em 1899 – Juridicamente em 2004.

EXECUÇÃO DO PROJETO

- PRINCIPIOS METODOLOGICOS
ENSINO MUSICAL AOS ASSOCIADOS E PESSOAS COMUNS INTERESSADAS NESTE APRENDIZADO
- ESTRATEGICAS OPERACIONAIS
APRESENTAÇÕES CÍVICAS, RELIGIOSAS E PARTICIPAÇÕES EM CONCURSOS E FESTIVAIS.

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES ROTATIVAS

APRESENTAÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
COMEMORATIVOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
INAUGURAÇÕES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
FESTIVAIS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CONCURSOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PROCISSÕES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
FESTIVIDADES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES ROTINEIRAS

ATIVIDADE	HORARIO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
ENSAIOS	20:00 as 22:00				X	X		
RETRETAS	19:30 as 21:15							X
AULAS/MADEIRAS	13:30 as 14:30		X		X		X	
AULAS/METAIS	15:00 as 16:00		X		X		X	
AULAS/TEORICAS	14:30 as 15:00		X		X	X	X	
AULAS/PERCUSSÃO	16:00 as 18:30		X		X		X	
ATEND. PUBLICO	08:00/11:00 as 13:00 as 17:00	X	X	X	X	X	X	



Associação Corporação Musical Maestro "Ângelo Cosentino".
CNPJ: 06.259.724/0001-30 --- I. E.: Isento
Rua: Vitório Marchi, 430 – Vila Joest.
CEP: 13614 – 150 --- Leme / SP

Fundada em 1899 – Juridicamente em 2004.

DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS FISICOS

SALA DE ENSAIOS

- SALÃO COM APROX. 50 m quadrados – COM UM BANHEIRO FEMININO E DOIS MASCULINOS

CONCHA ACUSTICA

- AREA DE 30 m quadrados – COM AMBIENTE PARA GUARDAR INSTRUMENTOS E DOIS BANHEIROS

RECURSOS MATERIAIS

PERMANENTE

- 7 ARMARIO
- 2 MESAS
- 1 MESA DE COMPUTADOR
- 2 ARQUIVO
- 1 COMPUTADOR
- 1 MAQUINA DE ESCREVER
- 80 CADEIRAS/BANCOS
- 60 ESTANTES DE PARTITURAS
- 2 CAIXAS DE SOM
- 3 MICROFONE

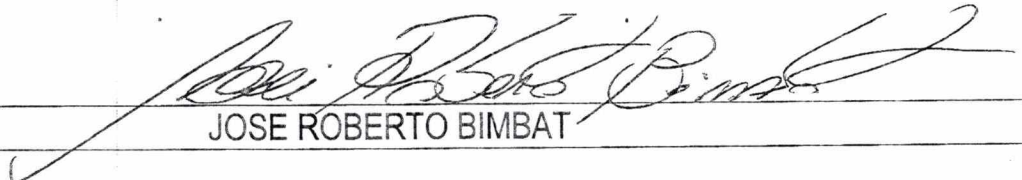

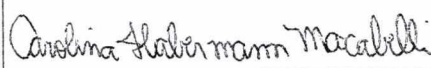
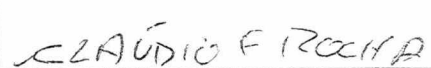



CONSUMO 100%

- ALIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO DO INSTRUMENTAL, MANUTENÇÃO DA SALA, TELEFONE, MATERIAL DE ESCRITORIO, COMBUSTIVEL, AJUDA DE CUSTO AOS ASSOCIADOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURIDICOS.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO OCORRERÁ EM TODO O PROCESSO, PARA UM MELHOR DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.

LEME, 10 DE JANEIRO DE 2011.

IDENTIFICAÇÃO		
PRESIDENTE - ASSOCIAÇÃO		
		
JOSE ROBERTO BIMBAT		
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL		
		
DINI Z GILSON PARIZ	CAROLINA H MACABELLI	CLAUDIO FCO DA ROCHA
		
BENEDITO AP. M. DA SILVA	MARISAURA PARIZ	REGINALDO SEVERO

VALIDA EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS

REGISTRO 23.622.413-4 DATA 22/08/88

EXERCICIO 23.622.413-4

NOME JOSE ROBERTO BINBAT

FLACAO JOSE BINBAT

E TRACELDA CAROLINA LENTZ RIBEIRO

NATALIDADE CAMPINAS - SP DATA DE NASCIMENTO 29/SET/1949

DATA DE ORDEM CAMPINAS - SP

SEGUNDO SUBDISTRITO

CNULO 6374/FLS. 154 / N. 07917

CIT

ARTESANATO E INDUSTRIA DE CAMPINAS

INDUSTRIAL LEMO 210 DE 210

12335226-00

JOSE ROBERTO BINBAT

29.09.69

JOSE ROBERTO BINBAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO CIVIL

773-2



IDENTIFICAÇÃO

341/0201-27

08/11/87

ITALIANO

81021/6635

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.259.724/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/05/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CORPORACAO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VITORIO DE MARCHI		NÚMERO 430	COMPLEMENTO
CEP 13.614-150	BAIRRO/DISTRITO VILA JOEST	MUNICÍPIO LEME	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.
Emitido no dia **17/04/2010 às 13:50:28** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

ASSOCIAÇÃO CORPORAÇÃO MUSICAL



MAESTRO
"ANGELO COSENTINO"
LIEPME / SP

Eleição: Diretoria Triênio: 2010 - 2013

Na presente data serão eleitos a nova diretoria, além do conselho fiscal e deliberativo.

Carlos Alberto Justino
Presidente

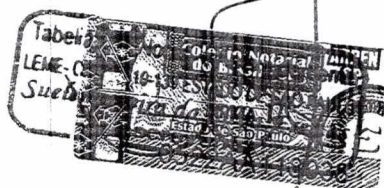


IMAGEM DE UM DOCUMENTO ORIGINAL EM PAPEL COM O LOGOTIPO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TABELAÇÃO DE NOTAS NA CARTEIRA DE LEME/SP

Praca Manoel Leme, 62 - Cep: 13410-139

Tele: (0XX13) 3571-8783/2129/5589

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA da(s) firma(s) de:

AAQ118038

-CARLOS ALBERTO TUSTINO,

Dou fe Leme, 24 de Junho de 2010.

Em testemunho da verdade,

SUELEN M. S. FREITAS - SERVENTE

0203964-2 Nr. Cart. 10522-Custas: R\$ 3,00.

VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE

AUTENTICIDADE.

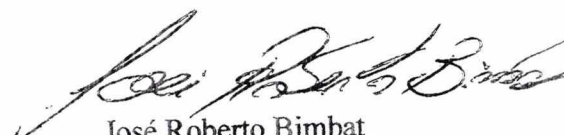
XX

**ATA DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E CONSELHOS
TRIENIO 2010 – 2013
ASSOCIAÇÃO CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO.**

Os associados da Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino, reuniram-se em Assembléia Geral extraordinária as 21:00 hs. do dia quinze de junho de 2010, em sua sede sita a Rua Vítório de Marchi, n.º 430, Vila Joest, em Leme / SP, para a finalidade de elegerem a nova Diretoria da Associação, bem como, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. O então presidente Sr. Carlos Alberto Justino, dirigiu os trabalhos, que por sua vez solicitou a todos os presentes que assinassem o livro de presença. Em seguida convidou a todos para que se assentassem e depois de saudá-los declarou aberta a sessão. O Sr. Carlos informou que conforme publicação em edital os associados presentes compareciam a essa sessão extraordinária para juntos elegerem os novos diretores e conselheiros da Associação Corporação Musical "Maestro Ângelo Cosentino". Informou – lhes que somente foi apresentada uma chapa para ser votada e apontou – lhes os candidatos à nova diretoria e conselhos, não havendo manifestação em contrário. Assim sendo, o Sr. Carlos declarou – os eleitos por unanimidade e em seguida empossados os candidatos apresentados cujos nomes e respectivos cargos são os seguintes: para presidente foi eleito, o Sr. JOSE ROBERTO BIMBAT; para vice – presidente, o Sr. Jucélio Macabelli; para primeiro secretário, o Sr. Max Eduardo Ferreira; para segundo secretário o Sr. Claudemir Binotto; para primeiro tesoureiro: o Sr. Carlos Alberto Justino; para segundo tesoureiro o Sr. Robson Tavares. Para compor o Conselho Fiscal foram eleitos: o Sr. Diniz Gilson Pariz; a Srª. Carolina Habermann Macabelli; o Sr. Reginaldo Severo; o Sr. Cláudio Francisco da Rocha; a Srª Marisaura Pariz; o Sr. Benedito Aparecido Moreira da Silva; e para o Conselho Deliberativo foram eleitos: o Sr. Sérgio Roberto Vieira; o Sr. Sebastião; o Sr. Carlos Doniseti Ortega; o Sr. Jose Justino e o Sr. José Aparecido Mantoan. O Sr. Carlos informou ainda que conforme o estatuto fazia – se necessário eleger ainda os presidentes do conselho Fiscal e Deliberativo. Então convidou os conselheiros eleitos a se reunirem – se e escolherem seus respectivos presidentes. Deu – lhes ainda cédulas para que fizessem isto através de votação secreta. Eles por sua vez votaram. Foi feita no mesmo dia a apuração dos votos que resultou no seguinte: presidente do Conselho Fiscal: o Sr. Diniz Gilson Pariz e Conselho Deliberativo: o Sr. Sérgio Roberto Vieira. Feito isto eu, Max Eduardo Ferreira nomeado para a função de 1ª Secretário redigi a presente Ata e proferi sua leitura, em seguida o presidente eleito assinou – a e encerrou os trabalhos.

Leme, 15 de junho de 2010.

IMPRESSÃO DE NOTAS
TABELADO DE NOTAS
Praça Marcel Leme, 42 - Cep: 13.600-000
Leme - SP
Tel: (0XX19) 3571-6387 / 2197-5581
Reconhecido por SEELHAB/SP
HAB0118039
JOSE ROBERTO BIMBAT
Dou fe, Leme, 25 de junho de 2010.
Em testemunho da verdade,
JOSE ROBERTO BIMBAT
PRESIDENTE
0203965-9 Mr. Carlos Justino
VALIDO COMENTE COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE
Hoppert


José Roberto Bimbat
Presidente



QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHOS
TRIÊNIO 2010 – 2013
ASSOCIAÇÃO CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO.

- Presidente: Sr. JOSE ROBERTO BIMBAT; brasileiro, casado, metalúrgico, portador do RG / SSP – SP 23.190.181 – 1 e CPF / MF Nº 123.352.268 / 00, residente á Rua Carlos Gomes, Nº 130, Bom Jesus, CEP 13.610-480, em Leme - SP;
 Vice – presidente: Sr. *Jucélio Macabelli*, Brasileiro, casado, agricultor, portador do RG/ SSP-SP Nº 14.095.411 - 9 e CPF/MF Nº 057.301.158 / 30, residente a Rua dos Operários, nº 411, Barra Funda, CEP 13.617-210, em Leme - SP;
 Primeiro secretário: Sr. *Max Eduardo Ferreira*, brasileiro, músico, casado, portador do RG/ SSP-SP Nº 23.190.183-5 e CPF/MF Nº 168.558.358-05, residente a Rua Cornélio Tonolli, nº. 810, Cidade Jardim, CEP 13.614-250, Leme - SP;
 Segundo secretário: Sr. *Claudemir Binotto*, brasileiro, casado, vendedor, portador do RG- SSP /SP Nº 30.075.729-3 e CPF/MF Nº 258.220.248-74, residente á Rua Jose Silvestre de Carvalho, nº 257, CEP 13.611-380, Vila Bela Vista em Leme - SP;
 Primeiro tesoureiro: Sr. *Carlos Alberto Justino*, brasileiro, casado, músico, portador do RG/ SSP –SP Nº 25.536.139-4 e CPF/MF Nº 123.720.828-92, residente a Rua Adelino Gomes Caetano, nº 903, Bairro Bela Vista, CEP 13.611-481 em Leme - SP;
 Segundo tesoureiro: Sr. *Robson Tavares*, solteiro, músico, portador do RG/ SSP –SP Nº 41.500.775 - 6 e CPF/MF Nº 329.205.748 - 50, residente a Rua Joaquim Veríssimo da Rocha, nº 440, Jardim Quaglia, CEP 13.617-755 em Leme - SP.
- Conselho Fiscal
 Presidente: Sr. *Diniz Gilson Pariz*, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do RG/SSP-SP Nº 27.694.614-5 e CPF/MF Nº 261.546.588-00, residente a Rua: Jose Hilário Gurtler, nº 55, Vila Santa Paula, CEP 13.611-013 em Leme - SP;
 Sr^a. *Carolina Habermann Macabelli*, solteira, estudante, portadora do RG/SSP Nº 46.926.916 – 9 e CPF/MF Nº 393.126.358 – 40, residente a Rua dos Operários, nº 411, Barra Funda, CEP 13.617-210, em Leme - SP;
 Sr. *Reginaldo Severo*, brasileiro, casado, marceneiro, portador do RG/ SSP - SP Nº 23.991.997-X e CPF/MF Nº 16.061.272.847, residente á Rua Cel. Jose Leme Franco, nº 1150, Vila Santo Antonio, CEP 13.611-480 em Leme - SP;
 Sr. *Cláudio Francisco da Rocha*, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do RG/SSP-SP Nº 33.256.813-1 e CPF/MF Nº 263.705.218/09, residente á Rua das Gaivotas, nº 87, Bairro São Joaquim, CEP 13.615-620 em Leme - SP;
 Sr^a *Marisaura Pariz*, brasileira, professora, solteira, portadora do RG/ SSP-SP-Nº 33.477.072-5, e CPF /MF Nº 286.842.018-41, residente a Rua Bernardino de Campos, nº 1153, Vila Santucci, CEP 13.610-060 em Leme – SP;
 Sr. *Benedito Aparecido Moreira da Silva*, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do RG/SSP-SP Nº 13.329.100 e CPF/MF Nº 074.768.438-35, residente á Rua Siqueira Campos, nº 300, Bairro São Manoel, CEP 13.616-450 em Leme - SP;
- Conselho Deliberativo
 Presidente: Sr. *Sérgio Roberto Vieira*, brasileiro, casado, carteiro, portador do RG /SSP-SP Nº 9.753.764 e CPF/MF Nº 850.827.168-91 e residente a Rua José Tamborin, nº 220, Vila Santa Paula, CEP 13.611-016 em Leme - SP;

Sr. *Sebastião Vicentim* brasileiro, comerciante, casado, portador, do RG SSP-SP N° 7.461.740 e CPF/MF N° 715.395.818-53 e residente a Rua: José Silvestre de Carvalho, n° 785, CEP 13.611-380, Vila Bela Vista em Leme - SP;

Sr. *Carlos Doniseti Ortega*, casado, metalúrgico, portador do RG/ SSP -SP N° 19.138.209 e CPF/MF N° 115.212.728-40, residente a Rua Alcindo Lino de Souza Neto, n° 60, Bairro Santa Paula, CEP 13.611-010 em Leme - SP;

Sr. *Jose Justino*, casado, pedreiro, portador do RG/ SSP -SP N° 8.021.994-9 e CPF/MF N° 715.241.078-53, residente a Rua Adelino Gomes Caetano, n° 903, Bairro Bela Vista, CEP 13.611-481 em Leme - SP;

Sr. *José Aparecido Mantoan*, brasileiro, casado, pedreiro, portador do RG /SSP-SP 5.318.639 e CPF/MF 356.838.308-00, residente à Rua Carlos Kock, n° 228, Centro, CEP 13.610-040 em Leme - SP.



José Roberto Bimbat
José Roberto Bimbat
Presidente

IMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMMM
TABELIAO DE NOTAS DE LEME - SP
Praça Manoel Leme: 62 - Cep: 13610-179
Tels: (0XX19) 3571-6387 / 2129/3599
BB
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
AA0118040
- JOSE ROBERTO BIMBAT
Dou fe. Leme: 24 de Junho de 2010.
Em testemunho da verdade.
SUELEN V. S. FREITAS-ESCRIVENTE
0203966-7 Nr. Cert. 10522-Out. test. 153-00
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE.
MM

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E CONSELHOS
 TRIENIO 2010 - 2013
 ASSOCIAÇÃO CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO.

LISTA DE PRESENÇA

[Signature]
[Signature]

Luiz G. Bastos

Samuel R. Bumbato

Luanda G. Nogueira

Afonso Baldin

Robson Soares

Reginaldo Silva

Roberto Balduino

Silvia B. B. B. B.

Roberto B. B. B.

Carlos Danieili Ortega

Juan Carlos Ortega

[Signature]

Stefano Macabelli

Carolina Stalermann Macabelli

Paula H. H. Macabelli

Matheus F. Rongetta

Wing Gibson Paz

LEI Nº 2.852, 03 DE JULHO DE 2.006.***Declara de utilidade pública a "Corporação Musical Maestro Ângelo Consentino".***

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública a **CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ÂNGELO CONSENTINO**, uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade de promover entre os associados e comunidade o desenvolvimento da arte musical, constituída por prazo indeterminado, com sede e foro no município de Leme, estado de São Paulo, à Rua Vitório de Marchi, nº 430, na Vila Joest, regendo-se pela legislação em vigor e pelas normas estatutárias, inscrita no CNPJ/MF nº 06.259.724/0001-30.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotação orçamentária própria, consignadas em orçamento. necessário.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 03 de julho de 2.006

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme


ILUSTRÍSSIMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE LEME.

A "CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO", por seu representante legal, vem mui respeitosamente ante Vossa Senhoria, nos termos do Art. 45 do CC 2002 requerer que seja feito o registro das Atas de Fundação da Associação, de Constituição da Diretoria e do seu Estatuto junto a esse Cartório para atender os devidos fins de Lei e Direito.

Nestes termos

P.Deferimento

Leme, 03 de maio de 2004.


Carlos Alberto Justino
Presidente

Tabelião de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13610-000 - ESTADO DE SÃO PAULO
Gerty Schriach
Escrevente

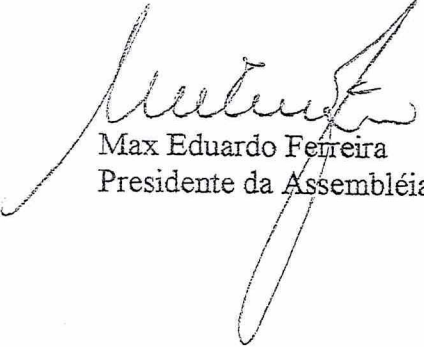


TABELIÃO DE NOTAS E ANEXO DA COMARCA DE LEME - SP.
Praça Manoel Leme, 62-13610-000 Tels. 5716383/2129/5589
Reconhecido por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de:
1001-CARLOS ALBERTO JUSTINO
Dau fe. LEME, 03 De MAIO De 2004.
Em testemunho da verdade.
GERTY SCHRIACH - ESCRIVENTE
Custas: R\$ 2,25-Selo(s): 0522AA.017658
ID: 136293-VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

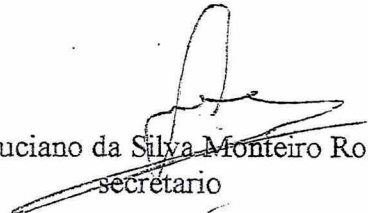
ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO.

Reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária as vinte horas do dia 26 de fevereiro de 2004, em sua atual sede sita a rua Vitorio de Marchi nº 230, Vila Joest, em Leme SP, conforme convocação feita em jornal de circulação neste município, os músicos da Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino, juntamente com ex músicos da corporação e demais pessoas interessadas para fundarem uma Associação, bem como para apreciação e aprovação do projeto de seu estatuto e ainda para constituir sua Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. Os presentes aclamaram a pessoa do Sr. Max Eduardo Ferreira para presidir a Assembléia e este por sua vez convidou a mim, Luciano da Silva Monteiro Rosalem, para secretariar a sessão e redigir a respectiva Ata. O presidente então tomou a palavra, agradecendo a indicação da Assembléia, saudando a todos os presentes e salientando a importância dos mesmos naquela noite em que, sem duvida, se daria um feito que seria para a vida dessa banda, um marco histórico que lhe permitiria a abertura de muitas portas. Em seguida, o Sr. Presidente, declarando iniciada a sessão, disse que a finalidade da presente reunião era a de tornar a corporação uma Associação, conferindo-lhe a necessária personalidade jurídica para que estando em conformidade com a lei, possa continuar desenvolvendo sua atividade, dispondo para tanto dos meios necessários para sua manutenção. Foi apresentado em seguida o projeto do Estatuto que se encontrava sobre a mesa e mandado que se fizesse sua leitura. Depois da leitura, foi o referido estatuto posto em discussão e, como não houvesse qualquer objeção sobre os seus dispositivos, foi submetido à votação e aprovado por unanimidade, valendo esta deliberação por uma declaração expressa da vontade livre de todos os presentes de formar a associação. A seguir, após consultar a Assembléia, o Sr. Presidente declarou definitivamente fundada, desta data para o futuro, a Associação Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino, sendo seus fundadores todos os associados cujos nomes, estão escritos em livro próprio, e cujo objetivo e sede encontram-se definidos em seu estatuto. Em seguida, o Sr. Presidente disse que, estando fundada a Associação, dava-a por oficialmente instalada e convidava os presentes para procederem à eleição da Diretoria e dos Conselho Fiscal e Deliberativo. Como já era avançada a hora e a Assembléia não se julgava apta no dia para proferir a eleição, através do consenso geral, ficou determinado a data de quatro de março de dois mil e quatro para constituir a Diretoria e os Conselhos. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão e eu, secretário, lavrei esta ata, que lida, vai assinada por mim e pelo Presidente da Assembléia.

Leme, 26 de fevereiro de 2004.



Max Eduardo Ferreira
Presidente da Assembléia



Luciano da Silva Monteiro Rosalem.
secretário

**Reconhecimento(s)
de firma no verso.**

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO CORPORACÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO.

Os associados da Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino, reuniram-se em Assembléia Geral extraordinária as 20:00 do dia quatro de março de 2004, em sua sede sita a Rua Vitorio de Marchi, nº 430, Jd. Joest, em Leme SP, na finalidade de constituírem a Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo da associação, conforme havia sido determinado na reunião que deu origem a mesma. Os associados pediram que o Sr. Max Eduardo Ferreira, dirigisse os trabalhos como presidente da Assembléia e que Sr. Luciano da Silva Monteiro Rosalem secretariasse a reunião. O então presidente abriu a sessão dizendo aos presentes que como não foi possível eleger a Diretoria e os devidos Conselhos na reunião anterior por meio de aclamação, a eleição então se procederia por meio de voto secreto. Ao indagar a Assembléia sobre quem dos sócios comporia a mesa para a eleição, foram indicadas as pessoas do Sr. Claudemir Binotto, Carlos Alberto Justino, e Henrique Marião Andrielle. A seguir foram distribuídas aos presentes as cédulas para votação. As cédulas possuíam em seu corpo os cargos a serem preenchidos na Associação. Cada eleitor, deveria a seu julgamento, indicar a pessoa mais apta para ocupar cada cargo. Após todos terem votado e depositado sua cédulas na urna, a mesa procedeu a apuração dos votos. Concluída a apuração as 22:36 hrs., chegou-se ao seguinte resultado. Para presidente da Diretoria foi eleito com 21 votos, o Sr. CARLOS ALBERTO JUSTINO, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do RG/ SSP -SP nº 25.536.139-4 e CPF/MF 123.720.028-92, residente a Rua Adelino Gomes Caetano, nº 903, Vila Santa Maria; para vice presidente, com 10 votos, o Sr. Max Eduardo Ferreira, brasileiro, músico, casado, portador do RG/ SSP-SP Nº 23.190.183-5 e CPF/MF 168.558.358-05, residente a Rua Imperatriz Leopoldina, nº 368, Jd. Juana, Leme-SP; para primeiro secretario, com 16 votos: o Sr. Luciano da Silva Monteiro Rosalem, brasileiro, porteiro, solteiro, portador do RG/ SSP-SP Nº 29.851.981-1 e CPF/MF Nº 256.581.298-18, residente à Rua M.M.D.C, nº 21, Vila Bancaria, Leme -SP; para segunda secretaria, com 15 votos: Marisaura Pariz, brasileira, professora, solteira, portadora do RG/ SSP-SP Nº 33.477.072-5, e CPF /MF Nº 286.842.018-41, residente a Rua Bernardino de Campos, nº 1153, Vila Santucci, Leme-SP; para primeiro tesoureiro, com 17 votos: Hary Bacciotti Neto, brasileiro, comprador solteiro, portador do RG/ SSP-SP Nº 30.952.188-9 e CPF/MF Nº 286.946.428-24, residente à Rua Adelino Gomes Caetano, nº 515, Bairro Bela Vista, Leme-SP.; para segundo tesoureiro, com 10 votos: Claudemir Binotto, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do RG-SSP /SP Nº 30.075.729-3 e CPF/MF Nº 258.220.248-74, residente em Leme -SP, à Rua Monteiro Lobato, nº 193, Vila Santa Rita. Para compor o Conselho Fiscal foram eleitos: com 17 votos: Geraldo Aparecido Vicentim brasileiro, comerciante, divorciado, portador do RG/ SSP-SP Nº 109.972.058-30 e CPF/MF Nº 24.096.437-0, residente a Rua Evaristo da Marchi, nº 521, Vila Bom Jesus, Leme-SP; com 16 votos: Sebastião Vicentim brasileiro, comerciante, casado, portador, do RG SSP-SP Nº 7.461.740 e CPF/MF Nº 715.395.818-53, residente a Rua José Silvestre de Carvalho, 785, Bairro Bela Vista, Leme-SP; com 14 votos: Maria Diva de Oliveira, brasileira, casada, do lar, portadora do RG SSP-SP Nº 7.146.140 e CPF/MF 157.873.668-40, residente à Av. 29 de Agosto, 159, Centro, Leme-SP; com 14 votos: Diniz Gilson Pariz, brasileiro, solteiro, metalúrgico,

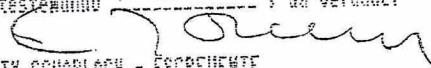
portador do RG Nº 27.694.614-5 e CPF/MF Nº 261.546.588-00, residente a Rua Bernardino de Campos, nº 1153, Vila Santucci, Leme-SP; com 11 votos: *Sérgio Roberto Vieira*, brasileiro, casado, carteiro, portador do RG /SSP-SP 9.753.764 e CPF/MF 850.827.168-91, residente a Rua José Tamborin, n.º 220, Vila Santa Paula, em Leme-SP; e com 10 votos: *Carlos Augusto da Silva Moreira*, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do RG/ SSP-SP Nº 32.573.802-6 e CPF/MF 281.787.998-80, residente a Rua Demézio Nabarreti, nº 575 Cidade jardim, em Leme -SP; e para o Conselho Deliberativo foram eleitos: com 11 votos *Henrique Mariano Andrielli*, brasileiro, separado, agente cultural, portador do RG /SSP-SP 16.386.648 e CPF/MF Nº 027.699.888-8 residente em Leme à Rua Juvenal Penteado, nº 225, Bairro Barra Funda; com 10 votos *José Aparecido Mantoan*, brasileiro, casado, pedreiro, portador do RG /SSP-SP 5.318.639 e CPF/MF 356.838.308-00, residente à Rua Carlos Cock, nº 228, Centro, Leme -SP; com 09 votos: *Hary Bacciotti* brasileiro, casado, regente aposentado, portador do RG /SSP-SP Nº 12.298.863 e CPF/MF nº 131.760.308-78, residente Rua Ernesto Gato nº 578, Jd Capitólio, Leme-SP; com 09 votos: *Helder Aparecido Lourenço*, brasileiro, casado, fresador, portador do RG /SSP-SP Nº 12.298.863 e CPF/MF 017.231.948-08, residente a Rua Washington Luiz, nº 160, Vila Sumaré, em Leme-SP; e com 09 *Reginaldo Severo*, brasileiro, solteiro, marceneiro, portador do RG 23.991.997-X e CPF/MF 16.061.272.847, residente à Rua Adelino Gomes Caetano, nº 913, Vila Santa Maria, em Leme SP, Logo após, o Sr. Presidente proclamou-lhes eleitos, considerando-os todos empossados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão do que, para constar, eu, Luciano da Silva Monteiro Rosalem, secretário, lavrei esta ata, que lida, votada e aprovada, vai assinada pelo presidente eleito.

Leme, 04 de março de 2004.




Carlos Alberto Justino.

Presidente

TABELIÃO DE NOTAS E ANEXO DA COMARCA DE LEME - SP.
Praça Manoel Leme, 62-13610-000 Tels. 5716383/2129/5589
Reconhecido por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de:
1001-CARLOS ALBERTO JUSTINO*****
1 Dou fe. LEME, 03 De MARÇO De 2004.
1 Em testemunho _____, da verdade.
1 
1 GERTY SCHARLACH - ESCRIVENTE
1 Custas: *****2,25-Selo(s): 0522AA.017660
1 C. 1136298-VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

ESTATUTO DA CORPORAÇÃO MUSICAL MAESTRO ANGELO COSENTINO

CAPÍTULO I


DA DENOMINAÇÃO SEDE E FINS.

- Artigo 1º -** A **Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino**, fundada socialmente em 26 de fevereiro de 2004 e constituída desde 18 de dezembro de 1924, é pessoa jurídica de direito privado sob o regime de Associação Beneficente sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede e foro neste município, à rua Vitório de Marchi, nº 430, na Vila Joest, Leme, Estado de São Paulo.
- Artigo 2º -** A **Corporação** tem por finalidade, promover entre os associados e comunidade o desenvolvimento da arte musical, cooperando com o aperfeiçoamento cultural da população lemensense, ensinando música, executando retretas, concertos públicos, como participar de desfiles, solenidades e festivais.
- Artigo 3º -** No desenvolvimento de suas atividades, a **Corporação** promoverá o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, religião ou qualquer forma de discriminação, prestando serviços totalmente gratuitos.
- Artigo 4º -** A **Corporação** terá um regimento interno que aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

- Artigo 5º -** A **Corporação** é constituída por número ilimitado de sócios, dos quais distingue-se em:
- I- Fundadores;
 - II- Efetivos;
 - III- Contribuintes;
 - IV- Músicos;
 - V- Honorários.

§ 1º - São **sócios fundadores**, todos aqueles que subscreveram o primeiro estatuto da **Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino** em sua fundação e os que anteriormente pertenciam a **Corporação** como músicos.



§ 2º - São **sócios Efetivos**, aqueles que assumem compromisso de pagamento de mensalidade, fixada a critério da Diretoria, com direitos e deveres que lhes são atribuídos pelo presente estatuto.

§ 3º - São **sócios contribuintes**, aqueles que assumem compromisso de pagamento de mensalidade ou doação, a seu critério, sem qualquer outra obrigação.

§ 4º - São **sócios Músicos**, aqueles que assumem compromisso de pagamento de mensalidade ou doação, a seu critério e que participam dos ensaios e das apresentações da Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino.

§ 5º - São **sócios Honorários** aqueles que por motivo de relevantes serviços, ou auxílios dispensados a Associação venham a merecer esse título, a critério da Diretoria e por votação de (2/3), de seus membros.

Capítulo III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Artigo 6º - Os sócios em pleno gozo e uso de seus direitos poderão:

- I- Usufruir todas as normas previstas neste estatuto;
- II- Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutir e votar os assuntos tratados.
- III- Votar e ser votado, sendo que para ocupar o cargo de Presidente e Vice-presidente da Diretoria Executiva, deverá o associado ter um tempo mínimo de filiação de (03) anos;
- IV- Não será permitido voto por procuração;
- V- Requerer convocação da Assembléia Geral nos termos deste estatuto;
- VI- Fazer indicação para sócio Honorário, provando a colaboração que seu candidato ao título de sócio Honorário, prestou a Associação.
- VII- Dirigir-se a Diretoria por escrito, reclamando qualquer irregularidade ou propondo medidas úteis a Associação.
- VIII- Solicitar sua exclusão do quadro social, através de requerimento dirigido ao presidente da Diretoria.
- IX- Aos sócios músicos, poderão ser conferidos, prêmios ou gratificações toda vez que houver doações ou subvenções para tal fim (art. 55 do CC).

Artigo 7º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos caso e pela forma prevista na lei ou no estatuto.

Artigo 8º - Os sócios não poderão utilizar as dependências da Associação para realizar qualquer manifestação de caráter Político, Religioso ou Sindical.

Artigo 9º - É dever de todos os sócios:

- I- Pagar pontualmente as contribuições sociais;
- II- Cumprir o Estatuto, acatar as decisões dos órgãos dirigentes, comparecer as Assembléias Gerais, sempre que regularmente convocado, e observar os princípios da ética e da moral;
- III- Colaborar com a Associação, exercendo com zelo o cargo ou missão para com qual tenha sido eleito ou indicado;
- IV- Comunicar por escrito, qualquer alteração de endereço;
- V- Prestigiar a Associação, colaborando com seu trabalho e propagando o espírito associativo entre seus companheiros;
- VI- Absterem-se nas dependências da Associação, de qualquer manifestação e discussão de caráter Político, Sindical, Racial, Religioso, ou relativo à questão de nacionalidade;
- VII- Empenhar-se pela manutenção e conservação do patrimônio da Associação.

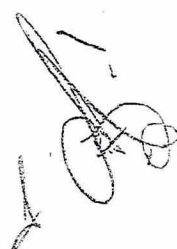
Artigo 10º - Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da Associação.

CAPITULO IV DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES AOS SOCIOS.

Artigo 11 - Aos sócios de qualquer categoria, pela inobservância de qualquer dos deveres e obrigações consignados neste estatuto, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades.

- I- Advertência;
- II- Suspensão;
- III- Exclusão.

Artigo 12 - Serão advertidos pela Diretoria:

- I- Os associados que não cumprirem as disposições estatutárias e o regulamento interno da Associação;
 - II- Os associados que nas dependências da associação, ofenderem fisicamente ou palavras, qualquer membro da Diretoria ou Conselhos no desempenho de suas funções ou qualquer pessoa ali presente.
 - III- Os associados que promoverem desordens nas dependências da Associação, prejudicando o bom nome da instituição.
- 

Artigo 13 - As penas de advertência e suspensão serão impostas pela Diretoria, ouvido previamente o interessado.

Artigo 14 - As penalidades de suspensão quando impostas pela Diretoria, não excederão 03 (três) meses.

Parágrafo Único: Os associados suspensos ficam obrigados ao pagamento das mensalidades correspondentes ao período da suspensão.

Artigo 15 - Assegurado o direito de defesa, a Diretoria poderá propor a exclusão do associado ao Conselho Deliberativo, nos seguintes casos:

- I- Quando houver ocorrido reincidência do associado nas faltas que lhes tenham motivado a suspensão.
- II- Quando o associado tiver atentado contra a estabilidade e os fins da Associação, promovendo publicamente sua ruína ou descrédito.
- III- Quando o associado tiver retornado indigno de sua condição de associado da Associação.
- IV- Quando o associado tiver deixado de pagar suas mensalidades por (03) três meses consecutivos, salvo, casos especiais, devidamente justificados e aceitos pela Diretoria.

Parágrafo Único: A juízo da Diretoria, mediante recolhimento das contribuições em atraso, com a correção legal, o associado poderá ser readmitido.

Artigo 16 - O associado atingido por quaisquer penalidades, poderá, dentro do prazo de (20) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor os seguintes recursos:

- I- Defesa oral ou por escrito endereçada a Diretoria.
- II- No caso de recusa do provimento por parte da Diretoria, poderá o associado recorrer ao Conselho Deliberativo, nas mesmas condições;
- III- No caso de defesa oral, o Associado deverá notificar no prazo de 10 (dez) dias a sua intenção.
- IV- Em recurso final, poderá oferecer sua defesa na Assembléia Geral que discutirá a sua exclusão.

Artigo 17 - Os sócios que tendo solicitado demissão, apresentarem novas propostas de admissão ao quadro societário, poderão ser admitidos e iniciarão um novo período de filiação devendo se submeter a todas as carências estabelecidas neste estatuto.

Artigo 18 - A exclusão se dará por:

- I- Por morte do associado;
- II- Por deixar o associado de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação.

- III- No caso de ter sido advertido e suspenso pelos motivos estabelecidos nos artigos 11 e 12 deste estatuto.
- IV- Perderá a condição de associado e será excluído, aquele que deixar de pagar a mensalidade estabelecida por 03 (três) meses consecutivos.

Artigo 19- - Em qualquer dos casos como nos de exclusão, o associado não poderá reclamar a devolução de nenhum valor pago a Associação.

Artigo 20 - Na hipótese de exclusão do associado, a critério da Diretoria, o Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral, por disposição estatutária ou por pedido voluntário próprio, não caberá a este sócio, quaisquer direitos de indenizações, remuneração de qualquer espécie ou fração do patrimônio existente.

Artigo 21 - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido ao disposto neste estatuto, sendo este omissivo, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes a assembléia geral especificadamente.

Artigo 22- A qualidade de associado é intransmissível (Art. 56 do CC).

CAPITULO V DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 23 - A Corporação será administrada por:

- I- Assembléia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Fiscal;
- IV- Conselho Deliberativo

Parágrafo Único: Os órgãos são independentes em suas funções e qualquer alteração nestes órgãos deverá ser comunicada aos demais pelo Presidente do órgão em que ocorreu a alteração.

Artigo 24 - A Assembléia geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, dentro dos limites da Lei e do Estatuto, podendo resolver todos os negócios, menos transformar seus fins objetivos e reformar o Estatuto; só podendo deliberar com a presença de no mínimo uma quarta parte dos sócios quites.

§ 1º - Não havendo número legal à hora marcada nos editais de convocação, a Assembléia deliberará meia hora depois, com qualquer número de sócios quites.

§ 2º - Poderão tomar parte nas Assembléias Gerais, todos os sócios, desde que quites com as obrigações estatutárias.

§ 3º - Nas Assembléias Gerais haverá um livro para assinatura dos sócios presentes, sendo que terão direito a voto somente aqueles que tiverem assinado o livro.

Artigo 25 - A Assembléia será convocada:

- I- Ordinariamente pela Diretoria, quando esta julgar necessário;
- II- Extraordinariamente todas as vezes que for convocada;

Artigo 26 - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I- Eleger os administradores: Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;
- II- Destituir os administradores, Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;
- III- Aprovar as contas apreciadas pelo Conselho Fiscal;
- IV- Decidir sobre reformas do Estatuto;
- V- Decidir sobre a extinção da instituição nos termos do artigo 70 deste estatuto;
- VI- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais da Associação;
- VII- Aprovar o regime interno;
- VIII- Deliberar quanto à exclusão de associados.

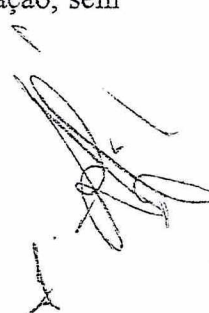
Artigo 27 - A Assembléia Geral realizar-se ordinariamente, uma vez por ano no mês de março para:

- I- Apreciar o relatório anual da Diretoria.
- II- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;

Artigo 28 - A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- Pela Diretoria;
- II- Pelo Conselho Fiscal;
- III- Pelo Conselho Deliberativo;
- IV- Pelo requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais;
- V- Para eleger os membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

Artigo 29 - Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV do artigo 26, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados.



Artigo 30 - A convocação da Assembléia Geral com a respectiva ordem do dia, será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, publicada na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 15(quinze) dias.

Parágrafo Único: Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios inscritos até a data da mesma, e em segunda convocação com qualquer número de sócios, ressalvado o que prevê o artigo 29 deste estatuto.

Artigo 31 - Na Assembléia Geral Extraordinária só poderá ser tratados os assuntos constantes da ordem do dia.

Artigo 32- A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser convocada pelo Presidente da diretoria, dentro de (10) dez dias, a contar da data que tenha recebido a solicitação, se a convocação não for feita neste prazo, os interessados poderão recorrer ao Presidente do Conselho Deliberativo, que tomará todas as providências.

Artigo 33- - Serão feitas eleições para os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria por escrutínio secreto ou por aclamação.

§ 1º- A eleição de que trata este artigo, será feita em Assembléia Geral extraordinária.

§ 2º - A eleição do Presidente Deliberativo será feita pelos Conselheiros eleitos.

§ 3º - Nos casos de empate, em primeiro lugar será feita a apuração do sócio eleito mais antigo no quadro e em segundo lugar o mais velho de idade.

§ 4º- A Assembléia nomeará os escrutinadores para auxiliarem a mesa de apuração, caso a eleição seja por escrutínio secreto.

Artigo 34 - Estão impedidos de candidatar-se a cargo na Associação:

- I- Os que tiverem suas contas não aprovadas em exercícios anteriores;
- II- Os que abandonarem seus cargos ou forem destituídos, salvo nas razões aceitas pelo Conselho;
- III- Os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade social ou classe.

Artigo 35 - As chapas dos candidatos para a Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal deverão ser registradas na secretaria da Associação por meio de requerimento, que será entregue mediante protocolo até 10(dez) dias antes da data fixada para a realização das eleições.

§ 1º - Toda a chapa registrada com única legenda terá o título da Associação e os nomes dos candidatos, cujo modelo será afixado na sede da entidade.

§ 2º - As chapas receberão numeração por ordem de inscrição.

§ 3º - O modelo de cédula de votação será decidido pela Diretoria, ouvidos os representantes de cada chapa, que será até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições, tudo constando em Ata.

CAPITULO VI
DA DIRETORIA, SUA ORGANIZAÇÃO E SEUS MEMBROS.

Artigo 36 - A Diretoria será constituída por um Presidente, um vice Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros.

§ 1º - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos não devendo haver mais de uma reeleição consecutiva.

§ 2º - A Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, serão eleitos pela Assembléia Geral de sócios tri-anualmente por voto direto, secreto ou por aclamação, em Assembléia Geral convocada especialmente para isso, podendo compor chapa todos os sócios quites com suas obrigações sociais, com a ressalva prevista no parágrafo 5º deste artigo, sendo os trabalhos eleitorais organizados pelo secretário.

§ 3º - A eleição para os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, realizar-se-á sempre na primeira quinzena do mês de dezembro que antecede a posse dos novos eleitos.

§ 4º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu termino.

§ 5º - Somente poderão ser votados para os cargos de Presidente da Diretoria Executiva os Associados com filiação mínima de 03 (três) anos consecutivos e que estejam em dia com suas obrigações para com a Associação.

§ 6º - Em se tratando de afastamento definitivo do Presidente da Diretoria, o vice Presidente assumirá seu posto até o termino do mandato.

§ 7 - Em caso de impedimento ou afastamento definitivo do vice Presidente, será imediatamente convocada Assembléia Geral para nova eleição para referidas funções, e o Presidente do Conselho Deliberativo assumirá.

§ 8 - No caso de afastamento definitivo de toda a Diretoria, o Conselho Deliberativo assumirá a responsabilidade pela Diretoria, até a posse dos novos membros.

Artigo 37 - A Diretoria reunir-se-á:

- I- Ordinariamente ao menos uma vez por bimestre.
- II- Extraordinariamente quando seu presidente a convocar.

Artigo 38 - A Diretoria manterá sigilo em torno de suas liberações.

Artigo 39 - As reuniões da Diretoria só serão legais, com a presença de no mínimo (03) três diretores cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 40 - Qualquer sócio poderá assistir as reuniões da Diretoria, sendo, porém secreta, quando seu presidente achar conveniente.

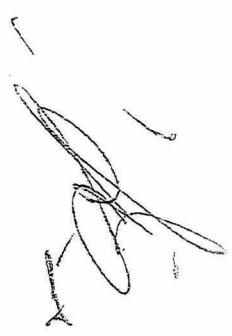
Artigo 41 - Compete a Diretoria:

- I- Resolver sobre a admissão de sócios, exclusão e aplicação penalidades nos termos deste estatuto;
- II- Sugerir ao Conselho Deliberativo, modificações no regimento interno;
- III- Nomear ou admitir auxiliares, obedecendo ao Regimento Interno;
- IV- Instalar e manter por conta própria, ou por concessão, sob seu direito e fiscalização, os serviços internos que julgar necessário;
- V- Executar as decisões do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral;
- VI- Propor ao Conselho Deliberativo a reforma do Estatuto e outras medidas de caráter administrativo;
- VII- Fazer as despesas da Associação nos limites estabelecidos no artigo 69 deste estatuto;
- VIII- Propor ao Conselho Deliberativo a criação e elevação de adicionais nas mensalidades dos associados, o qual decidirá sobre rejeição ou aprovação da proposta;
- IX- Entrosar-se com instituições públicas e privadas para uma mutua colaboração em atividades de interesse comum;
- X- Contratar e demitir funcionários.

Artigo 42- A Diretoria será responsável por atos praticados por seus representantes ou auxiliares, onde quer que a Associação esteja sendo representada, desde que tais atos sejam contrários às normas Estatutárias e regimes da Instituição.

Artigo 43 São atribuições do presidente:

- I- Presidir e dirigir todas as sessões ordinárias e extraordinárias da Diretoria, despachando todo o expediente;



- II- Representar a Associação ativa e passivamente em juízo ou fora dele, e em geral nas relações com terceiros podendo outorgar procuração a quem o represente;
- III- Solucionar todos os casos urgentes, dando ciência à diretoria na primeira reunião ordinária;
- IV- Assinar com o Tesoureiro, cheques e demais documentos com a vida econômica da Associação.
- V- Apresentar anualmente ao Conselho Deliberativo no mês de janeiro, o relatório da Diretoria, contando com um resumo dos trabalhos realizados, as ocorrências registradas no ano anterior, bem como o balanço do exercício e previsão orçamentária para o exercício seguinte com o visto do Conselho Fiscal;
- VI- Convocar as Assembléias Gerais.
- VII- Assinar com os demais membros da Diretoria as atas das reuniões.
- VIII- Conceder licença ou exoneração aos Diretores.
- IX- Votar, com efeito, suspensivo, as resoluções da Diretoria que entender prejudiciais, recorrendo obrigatoriamente ao Conselho Deliberativo dentro do prazo de (30) trinta dias.

Artigo 44º - São atribuições do Vice Presidente:

- I- Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II- Prestar de modo geral a sua colaboração ao presidente e a Associação.

Artigo 45º - São atribuições do primeiro secretário:

- I- Dirigir a propaganda, o arquivo da Associação e todo o expediente interno e externo;
- II- Distribuir a correspondência, assinar e fazer comunicações à imprensa.
- III- Redigir e subscrever nas atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- IV- Elaborar a pauta da ordem do dia para as Assembléias Gerais;
- V- Coordenar os trabalhos das eleições Gerais da Associação
- VI- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Presidente e a Associação.

Artigo 46 - São atribuições do Segundo secretário.

- I- Substituir o primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância até o seu termino.
- III- Prestar de modo geral a sua colaboração ao primeiro Secretário.

Artigo 47 - São atribuições do primeiro Tesoureiro:

- I- Arrecadar as rendas da Associação;
- II- Ter sobre sua responsabilidade toda a renda de valores da Associação, depositados em banco previamente determinado;

- III- Efetuar o pagamento de todas as despesas autorizadas pela Diretoria, mediante documento visado pelo presidente;
- IV- Dar conhecimento mensalmente à Diretoria dos nomes que estiverem em atraso com suas mensalidades.
- V- Assinar com o Presidente, cheques e demais documentos relacionados com finanças da Associação;
- VI- Advertir o sócio atrasado por meio de carta de que será eliminado caso não realize o pagamento dentro do prazo de (30) trinta dias;
- VII- Apresentar mensalmente a Diretoria um Balancete de receita e despesas da Associação, o qual será afixado na sede e anualmente um balanço da situação econômica e financeira, examinado e aprovado pelo Conselho Fiscal;
- VIII- Dirigir os serviços da portaria nos dias de festa;
- IX- Manter o fichário da Associação sempre em dia.
- X- Prestar de modo geral sua colaboração a Associação.

Artigo 48 - São atribuições do segundo Tesoureiro:

- I- Substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância até o seu término;
- III- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao primeiro Tesoureiro.

CAPITULO VII DO CONSELHO FISCAL

Artigo 49 - O Conselho Fiscal, com mandato de (03) três anos, será composto de (03) três Membros efetivos e (três) suplentes; todos maiores de (18) dezoito anos, não pertencentes à Diretoria, escolhidos pela Assembléia Geral, os quais deverão ser de preferência pessoas com atuações nas áreas contábeis ou administrativas.

Parágrafo Único - Em caso de Vacância durante o Mandato do Conselho Fiscal, serão os suplentes imediatamente convocados, e no impedimento ou vacância total, o Conselho Deliberativo fará escolha dos substitutos até nova eleição.

Artigo 50 - A Diretoria colocará a disposição do Conselho Fiscal os livros de escrituração e outros documentos, bem como dará todos os esclarecimentos solicitados para desempenhar as funções do referido Conselho.

Artigo 51 - O Conselho Fiscal reunir-se-á:

- I- Ordinariamente uma vez em cada semestre e no final do exercício.
- II- Extraordinariamente quando convocado por qualquer de seus Membros, pelo Conselho Deliberativo ou pela Diretoria.

Artigo 52 - O Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições:

- I- Desempenhar e acompanhar a fiscalização a gestão financeira e administração da Associação;
- II- Examinar semestralmente os livros e papéis relacionados com a vida econômica da Associação;
- III- Sugerir à Diretoria as modificações que lhe pareçam aconselháveis na organização da Contabilidade e ao Conselho Deliberativo, as medidas de caráter julgadas de interesse da Associação;
- IV- Dar parecer sobre as questões financeiras e econômicas que lhes forem submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo;
- V- Anotar em livro especial, todos os bens pertencentes à sociedade, devendo utilizá-lo semestralmente e submetê-lo a aprovação do Presidente da Diretoria e do Presidente do Conselho Deliberativo, os quais deverão rubricá-los.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 53 - O Conselho Deliberativo será composto de 05 (cinco) membros, todos maiores de 18 (dezoito) anos de idade, eleitos em Assembléia.

Parágrafo Único: Os membros do Conselho Deliberativo terão, mandato de 03 (três) anos.

Artigo 54 - O Conselho Deliberativo será presidido por um de seus membros eleito pelos demais, com mandato de 03 (três) anos.

§ 1º - O Presidente eleito escolherá dentro os conselheiros um secretário ao qual competirá a redação das atas e demais trabalhos inerentes ao cargo.

§ 2º - O Presidente terá o voto de desempate.

§ 3º - Na ausência do Presidente os Conselheiros nomearão dentre os presentes um substituto para dirigir os trabalhos.

§ 4º - Para qualquer reunião do Conselho Deliberativo os seus membros deverão ser convocados com (05) dias de antecedência no mínimo.

§ 6º - Os membros do Conselho Deliberativo não poderão prestar serviços subordinados a Diretoria.

Artigo 55 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á mediante convocação de seu presidente:

I- Ordinariamente, no mês de fevereiro para a leitura e votação o relatório da diretoria e parecer do Conselho Fiscal.

II- Ordinariamente; por solicitação da Diretoria, por 01(um) conselheiro, no mínimo, ou quando o Presidente do Conselho julgar necessário.

§ 1º - Em reuniões ordinárias do Conselho, serão tratados quaisquer assuntos de interesse da Associação. Em reuniões Extraordinárias serão tratados assuntos que determinarem sua convocação.

§ 2º - O Conselho Deliberativo poderá exigir a apresentação em suas sessões dos livros e documentos da Associação que julgar necessários, fundamentada nas razões por qualquer membro do Conselho.

§ 3º - O Presidente que deixar de convocar reuniões no prazo estabelecido neste estatuto, poderá ser substituído por outro conselheiro, pela omissão.

Artigo 56 - As reuniões do Conselho Deliberativo poderão ser assistidas por qualquer associado, sendo, porém secretas, quando o Conselho assim deliberar.

Parágrafo Único: O Presidente do Conselho Deliberativo, mandará afixar em murais na sede da Associação os comunicados relativos a reunião do Conselho Deliberativo para conhecimento de todos os associados.

Artigo 57 - À Diretoria é facultado apresentar projetos, sugestões, esclarecimentos, e tomar parte em todas as discussões, não tendo, entretanto direito a voto.

Artigo 58 - O Conselho Deliberativo só poderá se reunir em primeira chamada, com a presença de no mínimo, 03 (três) membros, não havendo número legal, deliberará meia hora depois com pelo menos 02(dois) conselheiros.

Parágrafo Único: Perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a (03) três reuniões consecutivas ou não, sem justificar o motivo, por escrito, dirigido ao Presidente do Conselho, até o início da reunião a que foi convocada.

Artigo 59 - São atribuições do Conselho Deliberativo:

I- Fazer cumprir fielmente o estatuto da Associação;

II- Deliberar sobre os assuntos concernentes a vida da Associação.

III- Propor reformas no Estatuto social em cuja reunião deverão estar presentes no mínimo 02 (dois) conselheiros, de acordo com este estatuto;

- IV- Resolver os casos omissos no Estatuto Social.
- V- Rever periodicamente as tabelas de mensalidades, quando solicitado pela Diretoria.
- VI- Fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva e supervisionar o Conselho Fiscal.

CAPITULO IX

DA ORGANIZAÇÃO ECÔNOMICA, RECEITA, DESPESA E PATRIMÔNIO.

Artigo 60 - A renda da Associação será constituída:

- I- Por mensalidades pagas pelos associados;
- II- Por doações ou legados estabelecidos em favor da Associação;
- III- Por auxílios e subvenções que forem concedidos pelos poderes públicos ou instituições particulares;
- IV- Pela execução de festas ou afins para angariar recursos financeiros;

Artigo 61 - A Corporação Musical Maestro Ângelo Cosentino, aplicará suas rendas, seus serviços e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

Parágrafo Único: Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do município de sua sede, ou no âmbito do Estado do Concessor.

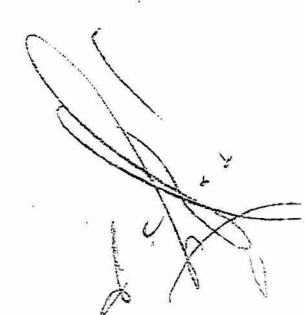
Artigo 62 - A Corporação aplicará subvenções e doações recebidas nas finalidades que estejam vinculadas.

Artigo 63 - Dissolvida a Associação, o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos designada neste estatuto, ou se omissa, por deliberação dos associados, instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes, dotada de personalidade jurídica com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de origem, inexistindo, a uma entidade pública congênere.

Parágrafo Único: Não existindo no município, no Estado ou no Distrito Federal ou no Território, em que a Associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer de seu patrimônio se devolverá a Fazenda Municipal, do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Artigo 64 - A Associação não constituirá patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente.

CAPITULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

- Artigo 65 - O Presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, em Assembléia Geral, especialmente, convocada para este fim, com o quorum especificado no artigo 29 deste Estatuto.
- Artigo 66 - Para qualquer reforma deste estatuto ser considerada legal, deverá ser obedecido as seguintes condições:
- I- Apresentação pelo Conselho Deliberativo de um antiprojeto elaborado pela Diretoria, ou por 02(dois) membros do Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos sócios quites.
 - II- Lido e discutido o antiprojeto que poderá ser alterado pelo Conselho Deliberativo será o projeto afixado na sede da Associação durante 15 (quinze) dias no mínimo, afim de que os sócios tomem conhecimento e enviem sugestões.
 - III- Cumpridas estas determinações, o Conselho Deliberativo apresentará à Assembléia Geral que discutirá e votará o projeto.
- Artigo 67 - A reforma a que se refere o artigo 65 e 66 e seus incisos, só poderá ser levada a efeito e considerada legal se, a reunião comparecerem 02 (dois) dos conselheiros.
- Artigo 68 - A Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo são responsáveis pelas infrações resultantes das exorbitâncias das suas atribuições conferidas neste estatuto.
- Artigo 69 - É facultado a Diretoria efetuar despesas mensais para fins de manutenção e investimento da Associação nos seguintes limites, para cada tipo de despesa.
- I- Até 05 (cinco) salários mínimos mensais, sem necessidade de processo licitatório ou autorização previa do Conselho Deliberativo.
 - II- Até 10 (dez) salários mínimos mensais com a aprovação do Conselho Deliberativo.
 - III- Acima de 10 (dez) salários mínimos deverá recorrer aos procedimentos de licitação.
- Artigo 70 - A Associação existirá por tempo indeterminado e só poderá ser extinta quando uma resolução especial for tomada neste sentido por 03 (três) Assembléias Gerais extraordinárias especialmente para este fim, e com um intervalo de no mínimo 15 (quinze dias) uma da outra, e com a aprovação de 2/3(dois terços) dos sócios presentes em cada Assembléia.
- Artigo 71 - Não há entre os associados, direitos e obrigações recíprocas.
- 

- Artigo 72 - Os membros do Conselho Deliberativo, não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- Artigo 73 - O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
- Artigo 74 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e Conselho Deliberativo e referendados pela Assembléia Geral.
- Artigo 75 - Fica eleito o foro da cidade e Comarca de Leme, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer duvidas eventualmente originada pelo presente Estatuto, caso não sejam dirimidas pela Diretoria e Conselho Deliberativo.
- Artigo 76 - Este Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação pela Assembléia Geral e o competente registro no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- Artigo 77 - O Regimento interno da Associação deverá ser elaborado e aprovado no prazo de 12 (doze) meses a partir da data da aprovação deste estatuto.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

- Artigo 78 - O disposto no inciso III do artigo 6º passará a vigorar a partir de março de 2007.

Leme, 26 de fevereiro de 2004.

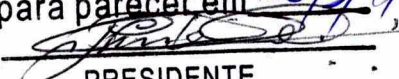
Ivanildo Ap. Machado Siqueira
Advogado OAB/SP 92.354

Carlos Alberto Justino
Presidente.

Leme, 03 de março de 2004

TABELÃO DE NOTAS E ANEXO DA COMARCA DE LEME - SP.
Praça Manoel Leme, 62-13610-000 Tels. 5716383/2129/5589
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de:
1001-IVANILDO APARECIDO MACHADO SIQUEIRA
1001-CARLOS ALBERTO JUSTINO
Dou fe, LEME, 03 de MARÇO de 2004.
Em testemunho da verdade.
GERTY SCHARLACH - ESCRIVENTE
Custas: R\$ 4,50-Selo(s): 0522AA.002204
C.: 136301-VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



A Assessoria Legislativa
para parecer em 03/3/11

PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Expediente

09/3/2011

[Signature]

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

P.U.O.P.S. ☐

Em 09/3/11

VISTA

Em 10 de 03 de 2011

Com vista C. J. R.

Funcionário *[Signature]*

JUNTADA

Em 11 de 3 de 20 1

Faço juntada a estes autos na

parecer

Funcionário 

ATA

105 ab



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº. 06/2011

EMENTA: Altera dispositivo da Lei n.º 2.791, de 27 de outubro de 2005, que concede subvenção e dá outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, e COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

As Comissões de: Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade; e Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto, que também é o voto de seus membros, bem como, o parecer:

1-) Trata-se de um Projeto de Lei, que o Poder Executivo busca a alteração de dispositivo da Lei n.º 2.791, de 27 de outubro de 2005, anteriormente alterado pela Lei n.º 2.896, de 09 de fevereiro de 2007, que concede subvenção e dá outras providências.

2-) O Projeto ora analisado encontra-se devidamente justificado pelo Poder Executivo, sob os fundamentos: a subvenção à “Corporação Maestro Ângelo Cosentino” já é objeto de autorização legal; a beneficiada promove incentivo à população para a prática de atividades culturais por meio de apresentações de música instrumental; a beneficiada promove a formação de novos músicos por meios de aulas abertas a população em geral, ministradas por seus integrantes; as atividades da beneficiada garantem aos menos favorecidos acesso às atividades culturais; há necessidade em corrigir o valor da subvenção; as despesas



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Cultura.

3-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal, nem a Lei Orgânica do Município. Por isso, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em questão.

4-) Por seu turno, sob o aspecto do interesse público e da conveniência, não há qualquer óbice a ser colocado, porquanto, tratar-se de projeto que visa corrigir e adequar o valor da subvenção concedida, para contribuir com a subsistência da entidade beneficiada, razões porque as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo emitem o parecer **FAVORÁVEL ao projeto de lei em questão.**

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 11 de março de 2011.

Comissão de Constituição Justiça e Redação

Osvair Antunes da Silva
Presidente

Ademir Albano Lopes
Vice-Presidente

José Eduardo Giacomelli
Secretário

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Osvair Antunes da Silva
Presidente

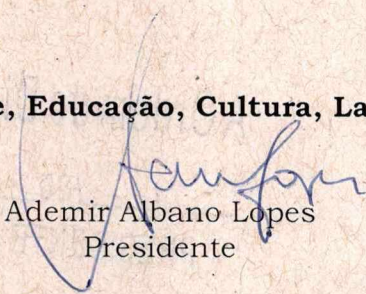
Eduardo Leme da Silva
Vice-Presidente

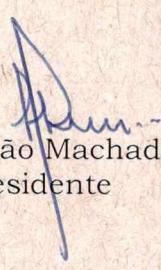
José Eduardo Giacomelli
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo


Ademir Albano Lopes
Presidente


Prof.º João Machado
Vice-Presidente


Deuslene Aparecido Ferrete
Secretário



A Ordem do Dia

14/3/2011
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 06/11, APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 1ª e 2ª VOTAÇÕES.
LEME, 14/03/11

JOÃO MARCOS DEMETRIO
PRESIDENTE